

# Fêmea

CFEMEA-Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida

ANO II Nº 6

BRASÍLIA-DF

ABRIL/93



Trabalhadoras  
Domésticas realizam  
Encontro  
Nacional

3

Entidades protestam  
contra o "Globo Repórter"  
sobre métodos  
contraceptivos

4

CPI sobre  
esterilização  
divulga  
relatório final

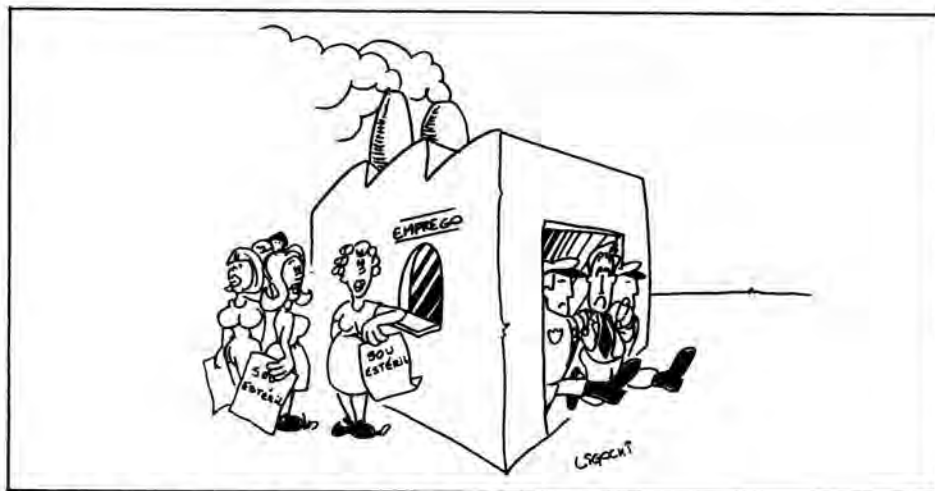
6

## Rede Feminista aprova projeto sobre esterilização

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos aprovou proposta de projeto de lei que estabelece normas e condições sobre saúde reprodutiva e regulamenta a prática da esterilização, no 1º Encontro Nacional realizado nos dias 04 a 07 de abril, em Itamaracá, Pernambuco. O texto proposto estabelece direitos iguais de constituição, limitação ou aumento de prole pela mulher, pelo homem e pelo casal. De acordo com o projeto, é dever do Estado prover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício da fecundidade a ambos os sexos, através do Sistema Único de Saúde. A esterilização voluntária é admitida para homens e mulheres maiores de idade, desde que o método usado seja seguro e não ameace a saúde do paciente. (Pág. 4).

### Relator aprova projeto

O parecer favorável do relator ao projeto de lei que autoriza empresas com mais de 50 empregados a abaterem do lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30 por cento dos salários pagos a empregados do sexo feminino, ainda não foi votado. As empresas deverão aplicar, do valor abatido, 50 por cento em treinamento e qualificação profissional. (pág. 3)



## EDITORIAL

Ao lembrar os direitos da mulher e lutar por eles, não podemos deixar de mencionar o direito à reprodução, ou à não-reprodução, à livre opção. Decidir sobre isso é um dos primeiros exercícios de liberdade das mulheres, que devem ter assegurada a possibilidade de adotar métodos contraceptivos sem risco para a saúde e o acesso a esses métodos. No Brasil, mais que em outros países, é preocupante o alto índice de esterilizações. Muitas mulheres em plena capacidade reprodutiva são esterilizadas, muitas vezes porque acreditam não ter outra escolha ou, o que é mais grave, são induzidas à esterilização cirúrgica irreversível.

Preocupa-nos também a ingerência de organismos internacionais nessa área, e as pesquisas feitas com mulheres brasileiras visando ao controle de natalidade. A taxa de crescimento demográfico no País caiu significativamente, apesar do índice de mortalidade ter sido reduzido. A confirmação disso é de grande importância, porque revela que ainda não é dado à maioria das mulheres o direito de decidir sobre o seu corpo. Desde o início da mobilização, o movimento feminista tem atuado no sentido de modificar essa realidade mais uma vez comprovada.

Estamos apresentando, em diversas instâncias, sugestões para regulamentar a prática da esterilização. É o caso do projeto de lei que estabelece normas e condições sobre saúde reprodutiva, aprovado pela Rede

Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos durante encontro em Itamaracá, Pernambuco, realizado no início de abril. Também a CPI criada para examinar a incidência de esterilização em massa, comprovando que não há no País a adoção de uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal e que "há claro interesse internacional na implementação de controle demográfico no País", apresentou projeto de lei que trata do planejamento familiar.

Na área de saúde, na qual ainda temos que fazer muitas conquistas básicas, verificamos também o aumento do número de casos de AIDS em mulheres, e do índice de gravidez em adolescentes. Entre as adolescentes, estão crescendo ainda os casos de prostituição, o que constitui outra frente de atuação. O deputado Moroni Torga propôs a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil. Justificando sua proposta, ele lembrou que no Norte e Nordeste adolescentes chegam a ser vendidas por suas famílias e são transportadas para garimpos, onde vivem como escravas. Vamos ficar atentas ao trabalho da CPI, vamos buscar soluções para a situação dessas quase crianças que estão sendo vítimas de todas as formas de exploração a que pode ser submetida uma mulher.

### EXPEDIENTE

CFEMEA — CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

CLN 111 Bloco C Salas 108/109 CEP: 70754-530

Telefone: (061) 347-5004

Projeto — DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni (coordenadora), Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

— **Parlamentares:** Deputadas Benedita da Silva, Jandira Feghali, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

— **Feministas:** Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Conzenza, Heleith Saffioti, Lidice da Mata, Maranh Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Caneiro e Zulayê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menicucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro, Jô Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Edição: Ruth Simões. Registro 1202 DRT/DF

Charge: Marcus Ligocki Jr.

Colaboração: Graça Campos

Revisão: Malô Ligocki

Diagramação: Hélio

Impressão: Correio Braziliense (061) 321-2123

Apoio: FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO MAC ARTHUR

■ Graça Campos

## “NA LEI E NA VIDA”

Tendo em vista a coibição da prática discriminatória comum, entre os empregadores, de submeter as mulheres a exames compulsórios de gravidez e atestado de esterilidade, tramitam na Câmara dois projetos.

O primeiro, Projeto-Lei nº 229/91, de autoria da deputada Benedita da Silva, estipula como punição para tal conduta, o pagamento em dobro dos salários relativos ao período compreendido entre a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

O segundo, Projeto de Lei nº 3466/92, de autoria da deputada Maria Luiza Fontenelle, estabelece a conduta como crime de coação em razão do sexo, e determina pena de 2 a 4 anos de detenção e multa, aplicando a pena aumentada de um terço se o ato é cometido por empregador da vítima ou seu preposto. Os projetos estão tramitando juntos por tratarem do mesmo assunto.

As duas iniciativas são da mais alta relevância para instrumentalizar os movimentos autônomos de mulheres em sua luta contra a discriminação e coibir legalmente os casos cada vez mais frequentes de mulheres que são despedidas ou não aceitas em empregos se não comprovarem ausência de gravidez ou esterilidade. Essa prática atinge no âmbito o direito da mulher como pessoa humana e se constitui um reforço à política de esterilização em massa comprovada pela CPI realizada em 92, além de ampliar a discriminação da mulher como trabalhadora.

Por entendermos o problema nessa dimensão é que propomos a conjugação de esforços para a aprovação de um projeto que unificando as duas iniciativas, possa ampliar a pena hoje aplicada ao fato, que seria do Art. 146 do Código Penal, estabelecendo-se assim uma punição exemplar aos infratores.

O projeto da deputada Benedita no seu artigo 2º penaliza os empregadores no caso da empregada estar grávida, mas não define nenhuma penalidade para a exigência de atestado que comprove esterilidade ou mesmo no caso da exigência de exame de gravidez de candidatos a emprego, apesar de proibir essa prática no seu art. 1º, não estipula pena.

O Projeto da deputada Maria Luiza prevê penas para ambos os casos com detenção e multa.

O argumento de que em nosso País é praticamente impossível colocar um empregado na cadeia, fortalece a cultura da impunidade no Brasil e subestima a capacidade de intervenção direta das mulheres em defesa de seus direitos.

Nossa luta em defesa da ética passa por um posicionamento firme em torno do que é correto e necessário, não em torno do que é permitido pelos limites do “possível”. Parafraseando Charles Chaplin: As principais proezas da Humanidade são frutos do que parecia impossível.

É, essa tem sido a trajetória dos Movimentos Feministas, derrubando mitos, subvertendo conceitos, transformando símbolos, para construir uma sociedade de indivíduos humanamente diversos e socialmente iguais.

■ Graça Campos é integrante da União de Mulheres Cearenses e Assessora da Dep. Maria Luiza Fontenelle

# Fortunati denuncia relatório da CPI

"Após o descaso patrocinado pelo Congresso Nacional durante seus trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra a mulher depara-se com a possibilidade de ter o seu relatório final fraudado", a declaração foi feita pelo deputado José Fortunati (RS), vice-líder do PT e membro da CPI. Segundo ele, a denúncia recebida pela Comissão, em depoimento do jornalista Gilberto Dimenstein de que o empresário Carlos Di Gênio, dono do Colégio Objetivo, agencia adolescentes para a prostituição de luxo foi retirada do relatório apresentado pela relatora, deputada Etevalda Menezes, à Presidência da CPI. Com a modificação, a bancada do PT na CPI optou por não assinar o relatório e recorrer à Presidência da Câmara para que fossem adotadas providências no sentido de garantir que o relatório seja fiel aos

depoimentos. A Presidência da Casa ainda não respondeu à solicitação.

Na avaliação de Fortunati, os trabalhos desenvolvidos pela CPI serviram para trazer para o plano concreto e institucional a realidade que a vida das mulheres e do movimento de mulheres identificava há bastante tempo. Ele ressaltou que os depoimentos prestados abordaram as diversas expressões da violência contra a mulher: no local de trabalho, violência psicológica e física, esta última abrangendo tanto a violência cometida na rua quanto no lar, a violência doméstica.

"O relatório apresentado pela deputada Etevalda Menezes, e tido como final, não expressou o que foi discutido e votado na Comissão", afirmou Fortunati, acrescentando que isso representa total falta de consideração para com os

depoentes e as pessoas que contribuíram e assistiram os trabalhos da CPI. Sobre a denúncia contra o dono do Colégio Objetivo, o deputado contou que as declarações prestadas incluíram informações de que a casa de Di Gênio em Brasília é utilizada em festas que se destinam a "servir" as jovens aos políticos e pessoas influentes. Na última reunião da Comissão, a relatora apresentou uma emenda retirando o nome de Di Gênio da parte dos encaminhamentos do relatório. A emenda foi aprovada, a relatora não retirou, porém, a referência ao nome do empresário no corpo do relatório, disse Fortunati. "Estranhamente, quando o relatório foi apresentado à Presidência da CPI, não constava o nome do empresário", informou o deputado, esclarecendo os motivos para a não assinatura do documento pela bancada petista.

## Projeto aguarda votação

Ainda não foi votado o parecer favorável do relator, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), ao projeto de lei 2.417, de 1989, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que autoriza as empresas com mais de 50 empregados a abaterem do lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30 por cento do montante dos salários pagos a empregados do sexo feminino, desde que apliquem 50 por cento do valor abatido em treinamento e qualificação profissional.

"A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público opinou pela aprovação do projeto com emenda", informou o deputado Germano Rigotto em seu relatório. Segundo a emenda aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, a redução do lucro tributável, para fins de Imposto de Renda, poderá ser de até 30 por cento do montante dos salários pagos aos empregados do sexo feminino, desde que não ultrapasse 15 por cento do lucro. Além disso, a dedução dependerá de que a mão-de-obra feminina constitua 30 por cento da força de trabalho, no mínimo, e que pelo menos 50 por cento

do valor abatido seja aplicado em treinamento e qualificação profissional das empregadas. O projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação para exame da adequação orçamentária e financeira, bem como para exame de mérito, dada a natureza da matéria.

Em seu voto, o relator destacou que a lei resultante do projeto produzirá efeitos financeiros a partir do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação, compatibilizando-se com as diretrizes orçamentárias, na medida em que propicia condições a que a renúncia de receita correspondente seja devidamente computada, no orçamento do referido exercício.

"Quanto ao mérito, parece-me que o projeto terá a virtude de assegurar a implementação prática dos avanços sociais obtidos na Constituição de 1988, em benefício das mulheres, pela sua regular incorporação e permanência no mercado de trabalho, mormente se for absorvida a emenda aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público", considerou o relator. Germano Rigotto votou pela adequação orçamentária e financeira do projeto de lei nº 2.417 e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda apresentada.

## Domésticas discutem direitos

No 7º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 7 de fevereiro, a categoria decidiu intensificar o trabalho de base, aperfeiçoar a sua organização sindical e lutar pelo direito à saúde, escola, moradia, FGTS, seguro acidente, seguro desemprego, carga horária diária e estabelecimento da data-base.

Segundo o documento final do encontro, as domésticas consideraram como maiores problemas o baixo salário, a moradia no próprio emprego, o cansaço físico e mental, a dificuldade de fazer tratamento de saúde em caso de doença, a falta de oportunidade de estudar, o desprezo, a acusação injusta e a humilhação. Participaram do Congresso 94 trabalhadoras, assessores, colaboradores e delegados de 26 Sindicatos e Associações de Estados, além de uma trabalhadora doméstica do Paraguai, representando a Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas, e duas portuguesas, representando a organização internacional "Cooperadoras da Família".

Apesar dos problemas e das dificuldades que ainda enfrentam, as domésticas acreditam que conquistaram direitos no trabalho em consequência da luta e da organização. Hoje os sindicatos se fortaleceram em muitos estados, um grande número de trabalhadores tem maior consciência do seu valor, participa do movimento sindical e está se desenvolvendo politicamente.

No Congresso Nacional, continuam sendo ampliados os direitos das trabalhadoras domésticas. O projeto de lei nº 232-A da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O projeto acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para estender o seguro-desemprego ao empregado doméstico. Ao apresentar o projeto, a deputada justificou que esse profissional vive a mesma situação de qualquer trabalhador desempregado em nosso país, necessitando de recursos para provimento seu e de sua família. Lembrou que representa uma injustiça e discriminação a exclusão dos trabalhadores domésticos do seguro desemprego, uma vez que eles também contribuem para a Previdência Social.

## Prisão para quem exigir atestado de esterilização

A deputada Maria Luiza Fontenele apresentou projeto de lei à Câmara dos Deputados estabelecendo sanções civis nos casos de violência familiar. O projeto nº 3.591, de 1993, modifica o artigo 233 da Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916, determinando que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, bem como sua administração, são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, cabendo-lhe a representação legal da família, a administração dos bens comuns, o direito de fixar o domicílio e prover a manutenção da família. O cônjuge que praticar violência doméstica, física, psicológica ou moral perderá esses direitos através do ato judicial. Também perderá a autoridade parental, por ato judicial, o genitor que exercer violência física, psicológica ou moral em relação aos filhos.

Justificando o projeto apresentado às

Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação, a deputada ressaltou que a proposição visa expressar no direito civil realidade social já consagrada pela Constituição de 1988: a sociedade conjugal é exercida igualmente por homem e mulher.

Outros dois projetos da lei da deputada estão tramitando na Câmara dos Deputados. O projeto nº 3.466, de 1992, estabelece o crime de coação em razão do sexo, determinando constituir crime coagir mulher a submeter-se compulsoriamente a exame de gravidez ou comprovação de esterilidade. A pena é de detenção de dois a quatro anos e multa (leia artigo na página 2). O projeto nº 3.381 de 1992, dispõe sobre os crimes de violência familiar, definindo as formas de violência, os crimes e as penas.

# Rede Feminista deba

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos aprovou proposta de projeto de lei que estabelece normas e condições sobre saúde reprodutiva e regulamenta a prática de esterilização, assegurando a todas as pessoas o direito ao exercício pleno de regulação da fecundidade. O texto, discutido durante o 1º Encontro Nacional da Rede, realizado em Itamaracá, Pernambuco, entre os dias 4 e 7 de abril, estabelece direitos iguais de constituição, limitação, ou aumento de prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. De acordo com a proposta, é dever do Estado prover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício da regulação da fecundidade para ambos os sexos, através do Sistema Único de Saúde. Também a esterilização voluntária é admitida para homens e mulheres maiores de idade, desde que o método usado para realizá-la seja de comprovada segurança e não implique risco para a saúde do paciente. A esterilização cirúrgica voluntária será feita através de laqueadura tubária, vasectomia ou outro método cientificamente aceito, não sendo permitida a esterilização por histerectomia ou retirada de ovários.

Será dado ao paciente acesso aos serviços de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento no sentido de desencorajar a prática da esterilização precoce. A pessoa interessada na esterilização deve ser informada dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais e custo da reversão e deve manifestar a sua vontade em documento escrito. Não será considerado consentimento voluntário aquele obtido durante o parto, logo após a interrupção voluntária da gravidez, sob efeito de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente.

Outro artigo do projeto proposto determina que é vedado a instituições, entidades e organismos internacionais desenvolver ações de regulação da fecundidade ou pesquisas experimentais "animabilis", exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Saúde do Sistema Único de Saúde. O SUS deverá criar mecanismos de fiscalização para que instituições públicas, privadas, filantrópicas e similares não fujam às normas estabelecidas na Lei, exigindo que todas as esterilizações sejam notificadas ao órgão máximo de saúde do município e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado e aos Conselhos de Saúde. A Secretaria de Saúde do Estado fará o credenciamento e a fiscalização dos serviços autorizados a realizarem esterilizações cirúrgicas voluntárias.

A rede pública hospitalar, através do SUS, deve garantir atendimento aos ca-



sos de interrupção voluntária da gravidez previstos em lei. A não observância das determinações implicará, para o SUS, responsabilidade administrativa.

O projeto de lei também estabelece que constitui crime de coação a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez para quaisquer fins. A

As entidades integrantes do movimento de mulheres enviaram à Rede Globo de Televisão, em março, manifesto em protesto contra o "Globo Repórter" de 26 de fevereiro deste ano sobre "métodos revolucionários contraceptivos", que mostrou o comprometimento ideológico do programa com o controle da natalidade. Publicamos a seguir a íntegra do manifesto:

"O Globo Repórter de 26 de fevereiro de 1993 sobre "métodos revolucionários contraceptivos" mostra o comprometimento ideológico do programa com o controle da natalidade. Coincidentemente o programa utiliza o argumento da explosão demográfica como justificativa dos métodos que apresenta, justamente no momento em que este é um dos temas mais debatidos na esfera internacional.

É bom lembrar que durante todo o ano de 1992 se tentou mascarar uma discussão real

das causas da degradação ambiental, culpando a fertilidade dos pobres.

Neste momento esta discussão se recoloca com mais força em vista da proximidade de uma conferência específica sobre o tema populacional, proposta pelas Nações Unidas para 1994.

Chamou atenção no programa a alegria alienada da repórter Sandra Passarinho, que reforça a propaganda mercantilista e controlista da abolição do ciclo menstrual, bandeira "científica" do Dr. Elsimar Coutinho, apresentada, por duas garotas-propaganda muito familiarmente próximas às suas convicções. A escolha dos depoimentos da esposa e da filha do médico retratam a tendenciosidade com que circulam essas idéias.

Nesse sentido lamentamos a omissão jornalística do programa que não se preocupou em informar que os tais "métodos revolucionários" já foram tes-

Ent  
pro  
co  
Rede

# te esterilização



realização de esterilização sem o consentimento expresso do paciente, com consentimento obtido mediante fraude ou coação, e em pessoa menor de ida-

de, constituem crime de lesão corporal. Os crimes serão punidos com penas previstas na legislação penal, além de penas acessórias administrativas e res-

tados em muitos países, inclusive no Brasil, com inúmeros efeitos colaterais. O uniplant é filho único do norplant, testado em 3 mil mulheres brasileiras e proibido pelo Min. da Saúde, por pressão do movimento de mulheres.

Em nenhum momento o programa abordou tampouco a experiência do Brasil no campo das políticas demográficas. Nosso país, é mundialmente considerado modelo em termos de política eficaz de controle da natalidade: em apenas 20 anos o Brasil reduziu a sua taxa de natalidade em 50%, o que levou um século para acontecer na Europa.

Os resultados tão amplamente divulgados pela imprensa foram tema de diversas CPI's e razão de estupefação de diversas entidades dos direitos humanos ao saber que a esterilização foi induzida e utilizada em massa como método contraceptivo pelas mulheres brasileiras.

A questão do respeito aos direitos reprodutivos é, há décadas, uma bandeira do movimento feminista que não teve, infelizmente, espaço no Globo Repórter. A mensagem que o programa envia aos jovens, aos recém-nascidos quando faz referência à criança que nasceu "no mundo do amor no tempo da AIDS e do Planeta ameaçado pela super-população" é a anti-mensagem: apocalíptica, desesperançosa, desinformativa e avessa à ética.

Esperamos que, dentro da "nova perspectiva ética da Emissora" que vem sendo apregoada pela própria Globo, seja pleiteada também uma nova postura jornalística que contemple a variedade de pensamentos, idéias e opiniões presentes na sociedade. É direito de todo cidadão ter acesso a essa diversidade de posições e é obrigação dos meios de comunicação respeitar essa prerrogativa".

trições civis quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado. Nesse caso, as penas civis correspondem a proibição para estabelecer contratos com entidades públicas e receberem créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista.

## REDE FEMINISTA

Criada em 1991 como uma articulação política do movimento de mulheres, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos é formada atualmente por cerca de 60 grupos e representantes autônomas do movimento de mulheres no Brasil. Na região nordeste, a rede aumentou sua representatividade através de novas filiações, descentralizando suas atividades. A partir do Encontro Nacional, a luta pela implantação de políticas de saúde foi reforçada com a eleição de Ana Lipke e Edna Roland (suplente) para representar a Rede Feminista na Comissão Interministerial de Saúde da Mulher. O movimento de mulheres também é representado na Comissão pelo SOS Corpo e pela União Brasileira de Mulheres.

## 1º ENCONTRO NACIONAL

Além da eleição das representantes e da aprovação do projeto, as participantes do Encontro decidiram solicitar ao Ministério da Saúde a criação de um Comitê de Vacinas Anti-HIV/AIDS e a divulgação permanente dos estudos realizados em relação à doença. A Rede será representada por Regina Barbosa e Ana Maria Costa (suplente). Também será cobrado do Ministro da Saúde, Jamil Haddad, o debate para a realização de um Plano Emergencial de Saúde da Mulher, conforme foi prometido no ano passado.

## TEMAS

Com o objetivo de atualizar a discussão sobre saúde e direitos reprodutivos, o Encontro foi aberto pela demógrafa Elza Berquó, que apresentou um panorama mundial do debate sobre população. Jacqueline Pitanguy complementou o assunto, destacando como principal contribuição do movimento a criação do conceito de direitos reprodutivos. Ela ressaltou a importância da mobilização das mulheres para a Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento, que será realizada no Cairo, em 1994.

Os direitos reprodutivos foram assunto de um painel analisando a relação entre eles e o desenvolvimento de tecnologias reprodutivas, e a sexualidade no âmbito dos direitos humanos. Outro painel sobre saúde da mulher mostrou o caótico panorama epidemiológico do País, a influência do trabalho na saúde feminina e abordou a questão da saúde mental das mulheres. Os debates em grupo abordaram os temas aborto, esterilização, tecnologias reprodutivas e contraceptivas, AIDS, saúde mental e legislação.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) está funcionando em novo endereço: CLN 111 Bloco C salas 108 e 109 — Brasília-DF.  
CEP 70.754-530. Telefone (061) 347-5004.

idades  
testam  
ntra  
e Globo

# CPI da esterilização conclui relatório

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada para examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil concluiu que não há no País a adoção de uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal. De acordo com o relatório final publicado pela Comissão, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — PAISM — não passa de uma aspiração dos movimentos sociais e sua implantação na rede pública está em estado embrionário. Há claro interesse internacional na implementação de controle demográfico no País e os governos e organismos internacionais interessados na implementação dessa política demográfica investem vultosas quantias para atingir seus objetivos.

“Entre as instituições que realizam o controle da fertilidade no Brasil, as de maior envergadura são a BEMFAM e o CPAIMC, que funcionam subsidiadas basicamente por recursos financeiros de procedência internacional”, avaliam no relatório os parlamentares integrantes da Comissão. Essas instituições executaram, na prática, políticas de controle demográfico concebidas por governos estrangeiros e organismos internacionais, com repercussões negativas sobre a soberania nacional, mas é forçoso reconhecer que contaram com a omissão do governo brasileiro, que jamais investigou seu “modus operandi”, afirmaram.

A redução da taxa de crescimento demográfico no Brasil na década de 80 de 0,6 ponto percentual, caindo de 2,5 por cento ao ano para 1,9 por cento apesar da redução da mortalidade, foi atribuída à intensificação do uso de métodos contraceptivos, principalmente os de alta eficácia, a esterilização cirúrgica e a utilização de pílula anticoncepcional. O uso da pílula, segundo o relatório, se dá em contexto de alto risco à saúde, sem acompanhamento da usuária. Cinquenta por cento das mulheres que tomam pílula são automedicadas no balcão da farmácia.

“Está confirmada a esterilização em massa de mulheres no Brasil pois, segundo dados do IBGE, havia em 1986, 5 milhões 900 mil 238 mulheres esterilizadas, correspondendo a 15,8 por cento das mulheres brasileiras de 15 a 54 anos, percentual pelo menos três vezes maior que nos países desenvolvidos e superior ao da quase totalidade dos países em desenvolvimento”, consideraram os parlamentares. O contexto em que as esterilizações são realizadas é perverso: ausência de outras alternativas contraceptivas disponíveis e reversíveis e desinformação quanto aos riscos, sequelas e irreversibilidade da laqueadura. Em percentual significativo, as esterilizações são realizadas durante cesarianas, indicadas com o objetivo de se realizar, simultaneamente, a laqueadura tubária. Esta situação contribui para que o Brasil sustente internacionalmente o lastimável título de campeão da prática de cesarianas.

Para os integrantes da CPI, é especialmente preocupante a alta taxa de arrependimento pós-laqueadura tubária (esterilização cirúrgica), o que comprova que as mulheres não estão dispostas de tempo nem de informações suficientes para amadurecimento da decisão. A maior incidência de esterilização em mulheres da raça negra foi denunciada pelo movimento negro, como um aspecto do racismo praticado no Brasil. Dados levantados pelo IBGE não confirmam a denúncia, “mas é fato notório a dificuldade de se apurar com precisão a informação relativa à cor da pele dos brasileiros”, consideraram os parlamentares.

O relatório lembrou que a esterilização cirúrgica é passível de enquadramento nos crimes de lesão corporal ou exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo, o que faz com que o método seja praticado à revelia de qualquer controle dentro do Sistema de Saúde, em condições de semiclandestinidadade, sendo objetivo de negocia-

ção eleitoral e mercantilista.

Para solucionar o problema, a CPI propôs projeto de lei que regulamenta o Parágrafo 7 do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar e estabelece penalidades. A CPI propôs também a aprovação do projeto de resolução nº 43/91, que cria a Comissão de Direitos Humanos, da deputada Benedita da Silva, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Ao poder legislativo também foi proposta a instituição, dentro da Comissão de Direitos Humanos a ser criada na Câmara dos Deputados, de uma subcomissão de direitos reprodutivos, para acompanhar e fiscalizar a implementação da Lei de Planejamento Familiar.

Ao Poder Executivo, a Comissão Parlamentar de Inquérito sugeriu implantar em todo o País o PAISM — Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — considerado o primeiro passo no sentido de integrar o planejamento familiar a todos os demais cuidados com a saúde da mulher, realizar campanha de divulgação sobre a saúde da mulher e os métodos contraceptivos, realizar auditoria para coibir abuso da esterilização de mulheres, sobretudo os atos cirúrgicos feitos à revelia da paciente. Outras recomendações: exercer estrita vigilância sobre os projetos em curso das tecnologias reprodutivas, tanto as contraceptivas quanto as contraceptivas, principalmente nos aspectos de propaganda; garantir assento permanente no Conselho Nacional de Saúde para as entidades feministas que trabalham em saúde; reativar a Comissão de Direitos Reprodutivos dentro do Conselho Nacional de Saúde; estudar formas de desestimular e coibir o exagero no número de partos cesarianos na rede pública, privada e conveniada, e fiscalizar e punir a venda irregular de anovulatórios em farmácias sem prescrição médica.

## Nossa, como você cresceu

O jornal Zero Hora, de Porto Alegre, publicou no dia 08 de março — Dia Internacional da Mulher — encarte com o título “Nossa, como você cresceu”, com informações sobre a prevenção à gravidez na adolescência. O trabalho foi feito em conjunto pela Secretaria Estadual da Saúde e do Meio Ambiente — através da Divisão de Saúde da Mulher —, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Zero Hora e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com o apoio da Agência de Publicidade MPM: Lintas Comunicações. O principal objetivo foi mostrar que o assunto não é um tabu e pode ser abordado em linguagem jovem, direta e bem-humorada, apesar de séria.

A Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho lembrou no encarte que ocorrem um milhão de partos precoces anuais no Brasil, para uma população de 15 milhões de meninas entre 10 e 19 anos. “São Anas, Marias, Danielas, Cláudias e muitas outras que sofrem e correm

riscos porque não têm acesso à informação. Se com este trabalho conseguirmos levar ao menos uma parte destas adolescentes à reflexão, já teremos motivos para ficar satisfeitos”.

A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul, Lícia Peres, acha que o encarte responde a uma necessidade imperiosa de informar corretamente nossos adolescentes sobre o seu corpo, as mudanças que nele ocorrem, o desejo e a sexualidade, alertando para os riscos de uma gravidez indesejada. “Hoje, a nova mulher tem mais do que a maternidade como seu único destino. A realização profissional, a independência financeira, o direito à cidadania plena são possibilidades concretas à sua frente. E a realidade mostra que uma gravidez precoce geralmente resulta no abandono dos estudos e no mergulho em uma situação para a qual a menina ainda não está preparada”, disse Lícia.

## Pesquisadoras denunciam Unicamp

A sanitarista Giselle Israel e a socióloga Solange Dacach denunciaram, no livro “As rotas do Norplant — desvios da contraceção”, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) — de ter usado mais de 3.500 mulheres em todo o país para realizar uma pesquisa sobre o contraceptivo Norplant, financiada pela instituição norte-americana Populacion Council. Das mulheres, 301 eram do Rio de Janeiro, mas apenas 52 foram localizadas pelos pesquisadores. Destas, todas apresentaram ausência de menstruação, perda do desejo sexual e depressão, afirmaram as autoras do livro. Segundo elas, as pesquisas sobre o Norplant começaram a ser feitas pela Unicamp em 1984, quando a Universidade selecionou 21 centros de saúde em todo o Brasil. O contraceptivo funciona através de seis bastões plásticos colocados sob a pele, que impede a gravidez por um período de cinco anos.

# Movimento protesta contra nomeações

O Diário Oficial do dia 06 de maio publicou a nova composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Foram nomeadas pelo Ministério da Justiça para integrar o órgão Herilda Balduino (Presidente), Maria Aparecida Schumacher, Marta Suplicy, Leila Guimarães Abreu, Norma Kyriakos, Lícia Peres, Waldeci Pedreira do Nascimento e Miriam de Fátima Jungman, (indicadas pelo movimento). Também foram designadas para integrar o Conselho Clenir Avanza (ES), contra a qual constam denúncias feitas por diversos grupos de mulheres; Rafaela Damásio de Jesus (ES), Márcia Maria de Araújo Abreu (ES), Luzia Alves Toledo (ES), Marília Murici (BA), Maria Izabel Barroso Miranda

(AP), Rosanita Monteiro de Campos, Irmã Olímpia (CNBB) e Rosmarie Muraro (RJ).

A solicitação feita ao Ministério pela Comissão Nacional pró-reestruturação do CNDM

foi de apresentar proposta de regimento interno e lista triplíce de conselheiras para subsidiar a escolha da Presidente que, assim, teria aval do movimento de mulheres. Tendo em

vista todos estes fatores, a Comissão sentiu-se excluída e está convocando o movimento de mulheres para definir a posição a adotar em relação ao Conselho.

## CFEMEA inicia pesquisa de opinião

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) iniciou pesquisa de opinião junto a parlamentares do Congresso Nacional sobre temas relativos à mulher. O objetivo é definir o perfil dos parlamentares, para facilitar a atuação do movimento de mulheres durante a revisão constitucional.

A pesquisa será dividida em duas fases. A primeira inclui a realização de um estudo exploratório com um grupo de parlamentares formadores de opinião no Congresso Nacional. Na segunda fase,

será feita a pesquisa junto a todos os parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O trabalho deverá estar concluído em agosto.

Com o resultado da pesquisa e a elaboração do perfil político dos parlamentares, especialmente seu posicionamento sobre os direitos da mulher, que será amplamente divulgado, pelo CFEMEA, o movimento feminista terá subsídios para atuar no sentido de ampliar ou garantir os direitos assegurados a partir da Constituição de 1988.

# Agenda

CONGRESSO NACIONAL

PLENÁRIO/CONGRESSO (Sessão Conjunta)

MG 67/91 = MSG 381/91 — Do Executivo Federal. Encaminha ao Senado Federal razões do veto parcial aposto ao PLC 35/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

PLENÁRIO/SENADO

PLC 100/91 = PL 211/91 — Do Deputado Said Ferreira e outros. Acrescenta dispositivos ao Art. 18 da Lei 8080 de 19.09.90, cometendo aos Municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar.

Plenário Senado Federal aguardando leitura redação final.

PLENÁRIO/CÂMARA

PRC 31/91 — Do Deputado Avenir Rosa. Cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Cidadão.

Mesa. Aprovado parecer favorável relator Deputado Genésio Bernardino em 27.01.93

Projeto de resolução 152/93 — Do Deputado Moroni Torgan. Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil. Aprovado em sessão da Câmara de 29.04.93.

MSC 114/87 — Do Executivo Federal. Submete a consideração do Congresso Nacional os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, período 79 a 84.

Mesa Câmara dos Deputados. Pronto para a Ordem do Dia PL 163/91 — Do Dep. Maurício Campos. Inclui os portadores do vírus da AIDS como beneficiários da Lei 8036, autorizando o saque total da conta vinculada do FGTS.

Mesa Câmara dos Deputados em 24.03.93 aguardando inclusão ordem do dia. Já passou pela CTASP, CFT e CCJR.

PL 1665/91 — Do Dep. Fábio Raunheitti. "Realização de exames em recém-nascidos para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito. Mesa CD em 24.03.93. Aprovação unânime da redação final do Dep. Nilson Gibson CCJR.

PL 1864/89 — Da Dep. Rita Camata. Dispõe sobre a Licença Gestante de 120 dias. Com parecer aprovado na Comissão do Trabalho Relator Dep. Paulo Rocha, com Substitutivo.

Adiada votação plenário Câmara por falta de quorum.

PL 2857/89 — Do Dep. Matheus Iensen. Assegura a prioridade de atendimento em instituições financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos.

Mesa CD Pronto para Ordem do Dia. Volta a CCJR relator Dep. Nestor Duarte com emenda de plenário.

PL 3113 — A/89 — Do Dep. Tarso Genro. Introduz Art. na CLT dispondo que se comprovado em juízo que a demissão do empregado se deu por motivo de discriminação política, ideológi-

ca, religiosa ou de natureza sexual, o contrato de trabalhadores será restabelecido e a despedida nula.

Mesa CD para votação em plenário. Despachado a CTASP e CCJR com emendas de plenário.

PL 4350/89 = PLS 218/89 — Regula a investigação da paternidade dos filhos havidos fora do casamento. Aprovado o substitutivo. Lei nº 8560/92.

COMISSÕES/SENADO

PL 2599/89 — PLC 29/90 — Da Deputada Lúcia Vânia. Altera dispositivo do Código Penal Pronto para Ordem do Dia da CCJ com parecer do Sen. Lourenberg Nunes Rocha

PLS 109/92 — Do Sen. Marcio Lacerda — regulamenta art. da C.F. criando o programa nacional de educação das crianças de zero a seis anos, em creches e pré-escolas.

Pronto para Ordem do Dia na Com. de Educação, com parecer do Sen. Marcos Maciel.

COMISSÕES/CÂMARA

PEC 9/91 — Do Dep. Carlos Lupi. Altera parágrafo da CF, limitando a idade do homem e da mulher em 65 e 60 anos para concessão de transporte gratuito.

Pronto para Ordem do Dia na CCJR com parecer pela admissibilidade

PL 229/91 — Da Dep. Benedita da Silva. Proíbe a exigência de atestado que comprove esterilidade ou gravidez de candidatas a empregos.

Pronto para pauta da CTASP

PL 232 A/91 — Da Dep. Benedita da Silva. Acrescenta dispositivo ao Art. 3-º da Lei nº 7998 de 11.01.90, para estender o seguro desemprego ao empregado doméstico. Pronto para Ordem do Dia na CCJR em 22.04.93 com parecer favorável do relator.

## ACONTECE

□ No dia 27/05 será lançado em Fortaleza o livro "Pensando Nossa Cidadania — Propostas para uma Legislação Não Discriminatória". O lançamento será promovido pela União de Mulheres Cearenses e acontecerá no Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.



□ A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, através da Subcomissão Especial do FGTS, está realizando o painel de debates "Os rumos do FGTS". O primeiro painel, "FGTS: o resgate de uma dívida" aconteceu no dia 15 de abril. Mais três painéis, "Arrecadação, gestão e controle social do

FGTS", "Alocação de recursos do FGTS" e "Uma nova legislação para o FGTS" estão programados para os dias 06, 13 e 20 de maio, respectivamente, sempre às 10 horas. Maiores informações podem ser obtidas na CTASP, pelo telefone (061) 318-5483. A iniciativa tem o objetivo de promover um amplo debate entre representantes do governo, trabalhadores, empregadores e de toda a sociedade civil, com vistas à elaboração de uma nova legislação para o FGTS. Do ponto de vista das mulheres, mais especificamente o debate interessa às empregadas domésticas, que lutam para ver incluída na legislação seu direito ao FGTS.

□ De 01 a 05 de junho, será realizado o XI Congresso Mundial de Sexologia, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Maiores informações podem ser obtidas com a secretaria executiva do Congresso, na LK Assessoria e Promoções Ltda., rua Costa Pereira, 9 — Rio de Janeiro — RJ. CEP 20511-090. Telefones (021) 284-1642/284-1246.

□ O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher e a Secretaria de Ação Social, com o apoio do Governo do Estado do Ceará e do Unicef, lançaram o Projeto Ana Beatriz "Educação Sexual — Um Caminho para a Cidadania". Em absoluta consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o projeto propõe ações educativas voltadas para a sexualidade, a fim de proporcionar a melhoria do nível de informação de moças e rapazes de Fortaleza.

□ A Editora Brasiliense está promovendo um Concurso Nacional de Contos Eróticos escritos por mulheres. Serão selecionados 20 contos, reunidos em um livro a ser publicado em dezembro deste ano. Os direitos autorais do livro serão doados a programas de prevenção à AIDS para mulheres. As inscrições poderão ser feitas até o dia 01 de junho, no seguinte endereço: Editora Brasiliense S/A, alc do Cielo Mulher Brasiliense, Avenida Marquês de São Vicente 1771, São Paulo — SP. CEP 01139-903.

## ACONTECEU

□ Em Curitiba no Paraná, foi realizado o I Congresso do Movimento Popular de Mulheres do Paraná, nos dias 27 e 28 de março.

□ Rejeitado pelo Plenário da Câmara dos Deputados o PL 4.382/89 (PLS 234/86 na origem) que acrescenta um Parágrafo Único ao art. 213 do Código Penal, que trata do estupro, nos seguintes termos: "Parágrafo único — o fato de ser o agente marido ou concubino não o exime de pena".

□ O PL 901 A/91, do Deputado Gilvan Borges que "estabelece medidas sobre a fixação de alimento e guarda de filhos foi apreciado na CCJR, tendo sido aprovado o parecer do relator, Deputado José Dirceu, pela rejeição no mérito.

□ O Deputado José Fortunati (PT-RS) apresentou mais três projetos na área do trabalho que são do interesse das trabalhadoras. São eles:

PL nº 3751/93 — "Acrescenta §§ 6º e 7º ao art. 168 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), dispondo sobre exames médicos do empregado".

PL nº 3752/93 — "Dispõe sobre a realização de inspeções pessoais nos trabalhadores".

PL nº 3753/93 — "Dispõe sobre a segurança patrimonial das empresas e o controle sobre os trabalhadores".

□ O livro "Pensando Nossa Cidadania — Propostas para uma Legislação não Discriminatória" foi lançado oficialmente em Brasília, no dia 03 de março, em sessão da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. No dia 05 de abril, o lançamento ocorreu em Porto Ale-

gre, no auditório da OAB, com apoio do gabinete do deputado José Fortunati.

□ O movimento de mulheres realizou, juntamente com outros setores da sociedade, um ato durante o dia 08 de março, no centro de João Pessoa, na Paraíba. O ato teve caráter de protesto pela discriminação contra as mulheres, denúncia dos atos de violência em todas as áreas na vida da mulher e, principalmente, a manifestação de unidade do movimento.

□ Também em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Governo do Estado de São Paulo realizou nos dias 11 e 12 de março o seminário "Mulher na Administração Pública", através da Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público e do Conselho Estadual da Condição Feminina. Com o objetivo de debater a inserção da mulher trabalhadora na Administração Pública nas últimas décadas foram discutidos os seguintes temas: A Condição da Mulher na Sociedade; As Mulheres em Cifras na América Latina; A Mulher na Administração Pública Paulista — As Primeiras Análises do Censo 92; A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho; O Cotidiano da Servidora da Fundação para o Desenvolvimento da Educação; Os Aspectos Legais do Trabalho da Mulher; e A Experiência da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado no Cumprimento da Legislação Específica.

□ A Coordenação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo realizou, no dia 08 de março, uma comemoração cujo tema foi a Saúde da Mulher e a Violência contra a Mulher no Espírito Santo. O encontro aconteceu na Igreja Metodista de Nova Venécia e contou com a presença de médicos, advogadas, agentes de saúde, naturalistas, assistentes sociais, pastores e leigos católicos, metodistas, representantes do sindicato dos trabalhadores rurais, comerciantes e outros.

□ Nos dias 04 a 07/03 foi realizado em Santos, São Paulo, o Encontro Nacional de Entidades Populares Contra a Violência à Mulher "Pela Cidadania e pelos Direitos Humanos das Mulheres". O Encontro foi organizado pela União de Mulheres de São Paulo e pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista.

□ Para comemorar o Dia Internacional, a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT de Rondônia realizou uma exposição cujo tema foi "Violência Contra a Mulher".

Em todo o país, várias foram as comemorações realizadas pelo Dia Internacional da Mulher por grupos e entidades de todos os estados. Entre os eventos destacaram-se encontros, exposições e palestras.

□ O Jornal do DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — voltou a publicar, em março, uma página sobre "Mulher Trabalhadora". Em 1988 e 1989, o jornal publicou a página sob o patrocínio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Desta vez, a responsabilidade é do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que está distribuindo o jornal do DIAP para 1500 entidades feministas de todo o País.

□ Anunciando o retorno da página sobre Mulher Trabalhadora, o jornal acrescentou o subtítulo "... uma redundância", para lembrar que a mulher, mesmo quando não sai para o trabalho, "fica na lida com os filhos e afazeres domésticos. Portanto, trabalha". Em março, na primeira reedição da página, o jornal publicou matérias sobre o livro "Pensando nossa cidadania — propostas para uma legislação não discriminatória", e a reativação do CNDM. O debate "Sindicalismo e Mulher", promovido pelos sindicatos e entidades populares de Brasília em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, também foi assunto da página "Mulher Trabalhadora".

**CFEMEA — Centro Feminista de Estudos e Assessoria**

**CLN 111 Bloco C salas 108 e 109 — Brasília — DF.**

**CEP 70.754-530.**

**Telefone (061) 347-5004.**



# Câmara dos Deputados

## Comissões Permanentes

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: ROMEL ANÍSIO (PRN) - MG — 318.5317  
1º Vice-Presidente (PRN) AUGUSTINHO FREITAS (PTB)-MT — 318.5722  
2º Vice-Presidente: FÁBIO MEIRELLES (PDS)-SP — 318.5526  
3º Vice-Presidente: JONI VARISCO (PMDB)-PR — 318.5613

#### PMDB

Dejandir Dalpasquale-SC — 318.5715  
Derval de Paiva-TO — 318.5829  
Freire Júnior-TO — 318.5601  
Hélio Rosas-SP — 318.5478  
Ivo Mainardi-RS — 318.5228  
João Thomé Mestrinho-AM — 318.5583  
Joni Varisco-PR — 318.5613  
José Belato-MG — 318.5573  
Moacir Micheletto-PR — 318.5256  
Odacir Klein-RS — 318.5804  
Valdir Colatto-SC — 318.5662

#### PFL

Adauto Pereira-PB — 318.5221  
Iberê Ferreira-RN — 318.5609  
Ivandro Cunha Lima (PMDB)-PB — 318.5605  
Jonas Pinheiro-MT — 318.5441  
Oswaldo Coelho-PE — 318.5444  
Paulo Romano-MG — 318.5333  
Ronaldo Caiado-GO — 318.5611  
Waldir Guerra-MS — 318.5412

#### PDS

Arno Magarinos-RS — 318.5839  
Célia Mendes-AC — 318.5616  
Fábio Meirelles-SP — 318.5526  
Hugo Biehl-SC — 318.5332  
Maria Valadão-GO — 318.5520  
Oswaldo Bender-RS — 318.5274

#### PDT

Aldo Pinto-RS — 318.5277  
Giovanni Queiroz-PA — 318.5534  
Laerte Bastos-RJ — 318.5481  
Luiz Girão-CE — 318.5439

#### PSDB

Ary Kara (PMDB)-SP — 318.5817  
Felipe Mendes (PDS)-PI — 318.5654  
Mauro Sampaio-CE — 318.5356  
Wilson Moreira-PR — 318.5819

#### PT

Adão Pretto-RS — 318.5271  
Luci Choinacki-SC — 318.5273  
Pedro Tonelli-PR — 318.5585  
Valdir Ganzer-PA — 318.5484

#### PP

Oswaldo Reis-TO — 318.5835  
Pedro Abrão-GO — 318.5918  
Vadão Gomes-SP — 318.5750

#### PTB

Augustinho Freitas-MT — 318.5722  
Etevalda Grassi de Menezes-ES — 318.5213  
Roberto Torres-AL — 318.5501

#### PRN

Romel Anísio-MG — 318.5317  
Todashi Kuriki-SP — 318.5725

#### PDC

Leomar Quintanilha-TO — 318.5728

#### PL

Avelino Costa-MG — 318.5719

#### PSB

Álvaro Ribeiro-PE — 318.5417

#### PSD

Edson Fidelis-RO — 318.5252

#### PSC

Luiz Dantas-AL — 318.5632

#### PRS

José Aldo-MG — 318.5705

### COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: MALULY NETTO (PFL)-SP — 318.5219  
1º Vice-Presidente: ETEVALDO NOGUEIRA (PFL)-CE — 318.5603  
2º Vice-Presidente: PINHEIRO LANDING (PMDB)-CE — 318.5636  
3º Vice-Presidente: VIVALDO BARBOSA (PDT)-RS — 318.5711

#### PMDB

Airton Sandoval-SP — 318.5324  
Aloísio Vasconcelos-MG — 318.5234  
Aluizio Alves-RN — 318.5558  
Domingos Juvenil-PA — 318.5702  
Eliel Rodrigues-PA — 318.5752  
Henrique Eduardo Alves-RN — 318.5539  
Laprovita Vieira-RS — 318.5565  
Nelson Proença-RS — 318.5405  
Pinheiro Landim-CE — 318.5636  
Roberto Valadão-ES — 318.5230  
Walter Nory-SP — 318.5509

#### PFL

Ángelo Magalhães-BA — 318.5908  
Arolde de Oliveira-RJ — 318.5917  
Etevaldo Nogueira-CE — 318.5603  
Humberto Souto-MG — 318.5914  
José Jorge-PE — 318.5408  
José Mendonça Bezerra-PE — 318.5314  
Luiz Viana Neto-BA — 318.5913  
Maluly Neto-SP — 318.5219  
Werner Wanderer-SP — 318.5806

#### PDS

Jarvis Gaidzinski-SC — 318.5306  
José Diogo-PA — 318.5570  
José Teles-SC — 318.5438  
Paulo Duarte-SC — 318.5326  
Vitório Malta-AL — 318.5416

#### PDT

Beto Mansur-SP — 318.5837  
Edson Silva-CE — 318.5726  
Elio Dalla-Vecchia-PR — 318.5916  
José Vicente Brizola-RJ — 318.5832  
Vivaldo Barbosa-RJ — 318.5711

#### PSDB

Álvaro Pereira-MG — 318.5243  
José Abrão-SP — 318.5546  
Koyu Iha-SP — 318.5575  
Paulo Silva-PI — 318.5476

#### PT

Irma Passoni-SP — 318.5237  
Lourival Freitas-AP — 318.5574  
Manoel Moreira (PMDB)-SP — 318.5842  
Tilden Santiago-MG — 318.5911

#### PP

Carlos Roberto Massa-PR — 318.5633  
Pinga-Fogo de Oliveira-PR — 318.5205  
Valdenor Guedes-AP — 318.5848

#### PTB

Luiz Moreira-BA — 318.5729  
Matheus Iensen-PR — 318.5641  
Paulo Heslander-MG — 318.5207

#### PRN

Fausto Rocha-SP — 318.5939  
José Carlos Vasconcellos-PE — 318.5915

#### PDC

Samir Tannus-MG — 318.5241

#### PL

Ribeiro Tavares-BA — 318.5802  
Valdemar Costa Neto-SP — 318.5542

#### PSB

Ariosto Holanda-CE — 318.5507

#### PC do B

Flávio Derzi (PP)-MS — 318.5934

#### PSD

Onaireves Moura-PR — 318.5303

#### PSC

César Souza-SC — 318.5713

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: JOSÉ DUTRA (PMDB)-AM — 318.5943  
1º Vice-Presidente: JOSÉ THOMAZ NONO (PMDB)-AL — 318.5812  
2º Vice-Presidente: JESUS TAJRA (PMDB)-PI — 318.5414  
3º Vice-Presidente: SIGMARINGA SEIXAS (PSDB)-DF — 318.5454

#### PMDB

João Natal-GO — 318.5844  
José Dutra-AM — 318.5943  
José Luiz Clerot-PB — 318.5938  
José Thomas Nonô-AL — 318.5812  
Maurici Mariano-SP — 318.5622  
Luiz Soyer-GO — 318.5909  
Mendes Ribeiro-RS — 318.5222  
Nelson Jobim-RS — 318.5734  
Nestor Duarte-BA — 318.5336  
Nilson Gibson-PE — 318.5410  
Roberto Rolemberg-SP — 318.5323

#### PFL

Antônio dos Santos-CE — 318.5406

Jesus Tajra-PI — 318.5414  
Messias Góis-SE — 318.5723  
Ney Lopes-RN — 318.5343  
Paes Landim-PI — 318.5560  
Ricardo Murad-MA — 318.5354  
Roberto Magalhães-PE — 318.5425  
Tourinho Dantas-BA — 318.5762  
Vilmar Rocha-GO — 318.5644

#### PDS

Gerson Peres-PA — 318.5330  
Ibrahim Abi-Ackel-MG — 318.5319  
João de Deus Antunes-RS — 318.5720  
Oswaldo Melo-PA — 318.5809  
Paulo Mourão-TO — 318.5339  
Prisco Viana-BA — 318.5858

#### PDT

Benedito de Figueiredo-SE — 318.5903  
Beth Azize-AM — 318.5646  
Dércio Knop-SC — 318.5479  
Vital do Rego-PB — 318.5841  
Wilson Muller-RS — 318.5930

#### PSDB

Helvécio Castelo-ES — 318.5514  
Luiz Máximo-SP — 318.5538  
Moroni Torgan-CE — 318.5535  
Sigmaringa Seixas-DF — 318.5454

#### PT

Edésio Passos-PR — 318.5572  
José Dirceu-SP — 318.5706  
José Genoíno-SP — 318.5270  
Hélio Bicudo-SP — 318.5620

#### PP

Benedito Domingos-DF — 318.5945  
Reditário Cassol-RO — 318.5625

#### PTB

Gastone Righi-SP — 318.5940  
Mendes Botelho-SP — 318.5958  
Nelson Trad-MS — 318.5452

#### PRN

Raul Belém-MG — 318.5206  
Tony Gel-PE — 318.5423

#### PDC

José Maria Eymael-SP — 318.5331

#### PL

Robson Tuma-SP — 318.5834

#### PSB

Roberto Franca-PE — 318.5427

#### PC do B

Haroldo Lima-BA — 318.5456

#### PSD

Irani Barbosa-MG — 318.5756

#### PSC

Augusto Farias-AL — 318.5229

### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Presidente: MARCO PENAFORTE (PSDB)-CE — 318.5238  
1º Vice-Presidente: (PSDB) LUCIANO PIZZATTO (PFL)-PR — 318.5541  
2º Vice-Presidente: MAURÍCIO CALIXTO (PFL)-RO — 318.5352  
3º Vice-Presidente: (PSB) CARLOS SCARPELINI (PP)-PR — 318.5608

#### PMDB

Antonio de Jesus-GO — 318.5941  
Lúcia Vânia-CO — 318.5430  
Luiz Carlos Santos-SP — 318.5836  
Tuga Angerami (PSDB)-SP — 318.5562  
Virmondes Cruvinel-GO — 318.5922

#### PFL

Luciano Pizzatto-PR — 318.5541  
Maurício Calixto-RO — 318.5352  
Orlando Bezerra-CE — 318.5413

#### PDS

Amaral Netto-RJ — 318.5302

#### PDT

Aroldo Goes-AP — 318.5225  
Sérgio Cury-RJ — 318.5350

#### PSDB

Fábio Feldmann-SP — 318.5473  
Marco Penaforte-CE — 318.5238

#### PT

Paulo Delgado-MG — 318.5373

#### PP

Carlos Scarpelini-PR — 318.5608  
Mário Chermont-PA — 318.5434

#### PTB

Mauro Fecury-MA — 318.5935

#### PRN

Euclides Mello-SP — 318.5727

#### PDC

Marcos Medrado-BA — 318.5313

#### PL

Socorro Gomes (PCdoB)-PA — 318.5404

#### PSB

Nobel Moura (PP)-RO — 318.5337

#### PV

Sidney de Miguel-RJ — 318.5931

### COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Presidente: (PFL) LUIZ CARLOS HAULY (PP)-PR — 318.5701  
1º Vice-Presidente: WERNER WANDERER (PFL)-PR — 318.5806  
2º Vice-Presidente: BENEDITO DOMINGOS (PP)-DF — 318.5945  
3º Vice-Presidente: NELSON BORNIER (PL)-RJ — 318.5936

#### PMDB

Antonio de Jesus-GO — 318.5941  
João Fagundes-RR — 318.5550  
Marcelo Barbieri-SP — 318.5910  
Robson Tuma (PL)-SP — 318.5334  
José Augusto Curvo-MT — 318.5932

#### PFL

Alacid Nunes-PA — 318.5519  
Átila Lins-AM — 318.5730  
Paes Landim-PI — 318.5560  
Roberto Magalhães-PE — 318.5425  
Werner Wanderer-PR — 318.5806

#### PDS

Carlos Virgílio-CE — 318.5537  
Fábio Meirelles-SP — 318.5526  
Fernando Carrion-RS — 318.5432

#### PDT

Elio Dalla-Vecchia-PR — 318.5916  
Paulo Ramos-RJ — 318.5830  
Wilson Muller-RS — 318.5930

#### PSDB

José Aníbal-SP — 318.5624  
Moroni Torgan-CE — 318.5535

#### PT

José Dirceu-SP — 318.5706  
Maurício Campos (PL)-MG — 318.5239

#### PP

Benedito Domingos-DF — 318.5945  
Luiz Carlos Hauly-PR — 318.5701

#### PTB

Aldir Cabral-RJ — 318.5904  
Raquel Cândido-RO — 318.5614

#### PRN

Heitor Franco-SP — 318.5245

#### PDC

Mauro Borges-GO — 318.5223

#### PL

Nelson Bornier-RJ — 318.5936

#### PSB

Roberto Franca-PE — 318.5427

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Presidente: MARCELINO ROMANO MACHADO (PDS)-SP — 318.5556  
1º Vice-Presidente: JOÃO RODOLFO (PDS)-MA — 318.5308  
2º Vice-Presidente: NILMÁRIO MIRANDA (PT)-MG — 318.5275  
3º Vice-Presidente: (PP) MARIA LUIZA FONTENELE (PSB)-CE — 318.5582

#### PMDB

Carlos Nelson-SP — 318.5328  
Efraim Moraes (PFL)-PB — 318.5638  
José Geraldo-MG — 318.5226  
Oswaldo Stecca-SP — 318.5626  
Pedro Irujo-BA — 318.5818

#### PFL

Vicente Fialho-CE — 318.5210  
Jorge Khoury-BA — 318.5212  
César Bandeira-MA — 318.5502  
Gustavo Krause-PE — 318.5436

#### PDS

Marcelino Romano-SP — 318.5533  
Armando Pinheiro-SP — 318.5348  
João Rodolfo-MA — 318.5308

#### PDT

Junot Abi-Ramia-RJ — 318.5708  
Miro Teixeira-RJ — 318.5272

#### PSDB

Rose de Freitas-ES — 318.5960  
Sérgio Machado-CE — 318.5536

#### PT

George Takimoto (PFL)-MS — 318.5635  
Nilmário Miranda-MG — 318.5275

#### PP

Maria Luiza Fontenele (PSB)-CE — 318.5582  
Nan Souza-MA — 318.5315

#### PTB

Hilário Coimbra-PA — 318.5816

#### PRN

Cleonânicio Fonseca-SE — 318.5824

#### PDC

Jonival Lucas-BA — 318.5815

#### PL

João Teixeira-MT — 318.5240

#### SEM PARTIDO

Wilson Cunha (PTB)-MG — 318.5854

### COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: MÁRCIA CIBILIS VIANA (PDT)-RJ — 318.5950  
1º Vice-Presidente: MAX ROSEN-MANN (PDT)-PR — 318.5758  
2º Vice-Presidente: VITTORIO MEDIOLI (PSDB)-MG — 318.5754  
3º Vice-Presidente: ERALDO TINOCO (PFL)-BA — 318.5310

#### PMDB

Antonio Barbara-PR — 318.5737  
Cid Carvalho-MA — 318.5710  
Felipe Neri-MG — 318.5329  
Genebaldo Correia-BA — 318.5204  
Gonzaga Mota-CE — 318.5919  
João Almeida-BA — 318.5652  
João Fagundes-RR — 318.5550

#### PFL

Darci Coelho-TO — 318.5309  
Eraldo Tinoco-BA — 318.5310  
Gilson Machado-PE — 318.5334  
José Carlos Aleluia-BA — 318.5856

José Múcio Monteiro-PE — 318.5458  
Osório Adriano-DF — 318.5446

**PDS**

Fetter Júnior-RS — 318.5316  
Pratini de Moraes-RS — 318.5424  
Pedro Pavão-SP — 318.5548

**PDT**

Marcia Cibilibs Viana-RJ — 318.5950  
Max Rosenmann-PR — 318.5758  
Paulo Ramos-RJ — 318.5830

**PSDB**

Vitório Mediolli-MG — 318.5754  
Saulo Coelho-MG — 318.5602

**PT**

Ciro Garcia-RJ — 318.5383  
Rubem Medina (PFL)-RJ — 318.5610

**PP**

Renato Johnsson-PR — 318.5513  
Ernani Viana-CE — 318.5738

**PRN**

Maviael Cavalcanti-PE — 318.5717  
José Burnett-MA — 318.5543

**PTB**

Feres Nader-RJ — 318.5831  
Rodrigues Palma-MT — 318.5528

**PDC**

Mauro Borges-GO — 318.5223

**PL**

Jones Santos Neves-ES — 318.5327

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Presidente: ÂNGELA AMIN (PDS)-SC — 318.5233

1º Vice-Presidente: CELSO BERNARDI (PDS)-RS — 318.5530

2º Vice-Presidente: JOÃO HENRIQUE (PMDB)-PI — 318.5617

3º Vice-Presidente: ROBERTO BALESTRA (PDC)-GO — 318.5262

**PMDB**

Adelaide Neri-AC — 318.5801  
Gilvan Borges-AP — 318.5731  
João Henrique-PI — 318.5617  
Ubiratan Aguiar-CE — 318.5505  
Valter Pereira-MS — 318.5845

**PFL**

Ézio Ferreira-AM — 318.5515  
Marilu Guimarães-MS — 318.5440  
Orlando Pacheco-SC — 318.5718  
Sandra Cavalcanti-RJ — 318.5346

**PDS**

Aécio de Borba-CE — 318.5607  
Ângela Amin-SC — 318.5233  
Celso Bernardi-RS — 318.5530

**PDT**

Lucia Braga-PB — 318.5642  
Paulo Portugal-RJ — 318.5516

**PSDB**

Flávio Arns-PR — 318.5850  
Osmânio Pereira-MG — 318.5579

**PT**

Florestan Fernandes-SP — 318.5671  
José Fortunati-RS — 318.5372

**PP**

Renildo Calheiros (PC do B)-PE — 318.5735  
Salatiel Carvalho-PE — 318.5937

**PTB**

Fábio Raunheitti-RJ — 318.5628  
José Elias-MS — 318.5448

**PRN**

Zé Gomes da Rocha-GO — 318.5748

**PL**

Álvaro Valle-RJ — 318.5826

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Presidente: MANOEL CASTRO (PFL)-BA — 318.5760

1º Vice-Presidente: JACKSON PEREIRA (PSDB)-CE — 318.5923

2º Vice-Presidente: GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB)-BA — 318.5612

3º Vice-Presidente: CARLOS KAYATH (PTB)-PA — 318.5218

**PMDB**

Fernando Diniz-MG — 318.5307  
Geddel Vieira-BA — 318.5612  
Germano Rigotto-RS — 318.5838  
Harley Margon Vaz-GO — 318.5803  
José Augusto Curvo-MT — 318.5932  
Luís Roberto Ponte-RS — 318.5956  
Pedro Novais (PDC)-MA — 318.5813

**PFL**

Benito Gama-BA — 318.5741  
João Carlos Bacelar (PSC)-BA — 318.5827  
José Falcão-BA — 318.5822  
Manoel Castro-BA — 318.5760  
Mussa Demes-PI — 318.5712  
Ricardo Fiúza-PE — 318.5707

**PDS**

Delfim Netto-SP — 318.5511  
Basílio Villani-PR — 318.5634  
Francisco Dornelles-RJ — 318.5512

**PDT**

Eden Pedroso-RS — 318.5385  
Eduardo Mascarenhas-RJ — 318.5944  
Sergio Gaudenzi-BA — 318.5320

**PSDB**

Jackson Pereira-CE — 318.5923  
José Aníbal-SP — 318.5624  
José Serra-SP — 318.5407

**PT**

Aloízio Mercadante-SP — 318.5825  
Vladimir Palmeira-RJ — 318.5232

**PP**

Luiz Carlos Hauly-PR — 318.5701  
Francisco Silva-RJ — 318.5716

**PTB**

Carlos Kayath-PA — 318.5218  
Félix Mendonça-BA — 318.5912

**PRN**

Otto Cunha-PR — 318.5616  
Wagner do Nascimento-MG — 318.5703

**PDC**

Paulo Mandarino-GO — 318.5862

**PL**

Flávio Rocha-RN — 318.5508

**PSB**

Sérgio Guerra-PE — 318.5426

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Presidente: ALBERTO HADDAD (PP)-SP — 318.5921

1º Vice-Presidente: CARLOS CAMURÇA (PP)-RO — 318.5342

2º Vice-Presidente: NEUTO DE CONTO (PMDB)-SC — 318.5637

3º Vice-Presidente: ELÍSIO CURVO (PRN)-MS — 318.5942

**PMDB**

Marcos Lima-MG — 318.5220  
Marcelo Barbieri-SP — 318.5910  
Neuto de Conto-SC — 318.5637  
Paulo Titan-PA — 318.5527  
Sérgio Barcellos (PFL)-AP — 318.5301

**PFL**

José Santana de Vasconcelos-MG — 318.5531  
Murilo Pinheiro-AP — 318.5305  
Pascoal Novaes-RO — 318.5318  
Ruben Bento-RR — 318.5524

**PDS**

Carlos Azambuja-RS — 318.5469  
Eraldo Trindade-AP — 318.5280  
José Lourenço-BA — 318.5311

**PDT**

Beraldo Boaventura-BA — 318.5933  
Edi Siliprandi-PR — 318.5736

**PSDB**

Adroaldo Streck-RS — 318.5744  
João Faustino-RN — 318.5704

**PT**

Agostinho Valente-MG — 318.5376  
Alcides Modesto-BA — 318.5954

**PP**

Alberto Haddad-SP — 318.5921  
Carlos Camurça-RO — 318.5342

**PTB**

Raquel Cândido-RO — 318.5614

**PRN**

Elísio Curvo-MS — 318.5942

**PDC**

Avenir Rosa-RR — 318.5437

**PL**

Getúlio Neiva-MG — 318.5581

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

Presidente: IBSEN PINHEIRO (PMDB)-RS — 318.5928

1º Vice-Presidente: NEIF JABUR (PMDB)-MG — 318.5231

2º Vice-Presidente: SARNEY FILHO (PFL)-MA — 318.5202

3º Vice-Presidente: VICTOR FACCI-ONI (PDS)-RS — 318.5925

**PMDB**

Genesio Bernardino-MG — 318.5571  
Hermínio Calvino-PA — 318.5431  
Ibsen Pinheiro-RS — 318.5928  
Jorio de Barros-ES — 318.5739  
Luiz Henrique-SC — 318.5209  
Mauri Sergio-AC — 318.5568  
Neif Jabour-MG — 318.5231  
Zila Bezerra-AC — 318.5510

**PFL**

Antonio Ueno-PR — 318.5522  
Átila Lins-AM — 318.5730  
Evaldo Gonçalves-PB — 318.5833  
Jerônimo Reis-SE — 318.5338  
Leur Lomanto-BA — 318.5927  
Nelson Morro-SC — 318.5418  
Sarney Filho-MA — 318.5202

**PDS**

Fernando Freire-RN — 318.5820  
Francisco Diógenes-AC — 318.5745  
Ruberval Piloto-SC — 318.5254  
Victor Faccioni-RS — 318.5925

**PDT**

Edesio Frias-RJ — 318.5521  
Mendonça Neto-AL — 318.5258  
Waldir Pires-BA — 318.5811

**PSDB**

Artur da Távola-RJ — 318.5517  
Luiz Pontes-CE — 318.5445  
Jorge Uequed-RS — 318.5807

**PT**

Benedita da Silva-RJ — 318.5360  
Haroldo Sabóia-MA — 318.5660  
Luiz Gushiken-SP — 318.5374

**PP**

Costa Ferreira-MA — 318.5282  
 Júlio Cabral-RR — 318.5340  
 Leopoldo Bessone-MG — 318.5402

**PTB**

Annibal Teixeira-MG — 318.5450  
 Alceste Almeida-RR — 318.5902

**PRN**

Paulo Octávio-DF — 318.5645  
 Aroldo Cedraz-BA — 318.5312

**PDC**

Paulderney Avelino-AM — 318.5260

**PL**

Diogo Nomura-SP — 318.5283

**PSB**

Miguel Arraes-PE — 318.5846

**PC do B**

Wellington Fagundes (PL)-MT — 318.5523

**PSD**

Cleto Falcão-AL — 318.5215

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

Presidente: MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB)-PE — 318.5411  
 1º Vice-Presidente: EULER RIBEIRO (PMDB)-AM — 318.5544  
 2º Vice-Presidente: IVÂNIO GUERRA (PFL)-PR — 318.5428  
 3º Vice-Presidente: EDUARDO JORGE (PT)-SP — 318.5371

**PMDB**

Armando Costa-MG — 318.5606  
 Euler Ribeiro-AM — 318.5544  
 Jorge Tadeu Mudalen-SP — 318.5552  
 Maurílio Ferreira Lima-PE — 318.5411  
 Nilton Baiano-CE — 318.5618  
 Olavo Calheiros-AL — 318.5907  
 Paulo Dias Novaes-SP — 318.5279  
 Rita Camata-ES — 318.5905  
 Zuca Moreira-PB — 318.5805

**PFL**

Everaldo de Oliveira-SE — 318.5732  
 Fátima Pelaes-AP — 318.5203  
 Ivânio Guerra-PR — 318.5428  
 Jofran Frejat-DF — 318.5321  
 Laire Rosado (PMDB)-RN — 318.5650  
 Pedro Corrêa-PE — 318.5415  
 Reinhold Stephanes-PR — 318.5322  
 Rivaldo Medeiros-PB — 318.5227

**PDS**

Chafic Farhat-SP — 318.5480  
 Djenal Gonçalves-SE — 318.5946  
 Geraldo Alckmin Filho-SP — 318.5656  
 Waldomiro Fioravente (PT)-RS — 318.5380

**PDT**

Cidinha Campos-RJ — 318.5714  
 Clovis Assis-BA — 318.5586  
 Liberato Caboclo-SP — 318.5474  
 Marino Clinger-RJ — 318.5604

**PSDB**

Antonio Faleiros-GO — 318.5504  
 Elias Murad-MG — 318.5341  
 Geraldo Alckmin (PDS)-SP — 318.5656  
 Ubaldo Dantas-BA — 318.5345

**PT**

Eduardo Jorge-SP — 318.5371  
 João Paulo-MG — 318.5211  
 Paulo Bernardo-PR — 318.5379

**PP**

Delcino Tavares-PR — 318.5929  
 José Linhares-CE — 318.5860  
 Pedro Valadares-SE — 318.5344

**PTB**

Roberto Jefferson-RJ — 318.5208

**PRN**

Heitor Franco-SP — 318.5245  
 Ivan Burity-PB — 318.5840

**PDC**

Sérgio Brito-BA — 318.5248

**PL**

Ayres da Cunha-SP — 318.5828

**PSB**

Uldurico Pinto-BA — 318.5269

**PC do B**

Jandira Feghali-RJ — 318.5443

**PRS**

Israel Pinheiro Filho-MG — 318.5540

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Presidente: PAULO PAIM (PT)-RS — 318.5471  
 1º Vice-Presidente: PAULO ROCHA (PT)-PA — 318.5483  
 2º Vice-Presidente: AMAURY MULLER (PDT)-RS — 318.5743  
 3º Vice-Presidente: NELSON MARQUEZELLI (PTB)-SP — 318.5920

**PMDB**

Aldo Rebelo-SP — 318.5924  
 Chico Amaral-SP — 318.5569  
 Maria Laura (PT)-DF — 318.5475  
 Zaire Rezende-MG — 318.5409

**PFL**

Jaques Wagner (PT)-BA — 318.5472  
 José Cicote (PT)-SP — 318.5358  
 Luís Eduardo-BA — 318.5906

**PDS**

José Carlos Sabóia (PSB)-MA — 318.5285

**PDT**

Amaury Muller-RS — 318.5743  
 Carlos Alberto Campista-RJ — 318.5325

**PSDB**

Jabes Ribeiro-BA — 318.5214  
 Edmundo Galdino-TO — 318.5672

**PT**

Chico Vigilante-DF — 318.5627  
 Paulo Paim-RS — 318.5471

**PP**

Mário de Oliveira-MG — 318.5381  
 Marcelo Luz-RR — 318.5419

**PTB**

Ernesto Gradella (S/P)-SP — 318.5276  
 Nelson Marquezelli-SP — 318.5920

**PRN**

Edmar Moreira-MG — 318.5460

**PDC**

Jair Bolsonaro-RJ — 318.5482

**PL**

Paulo Rocha (PT)-PA — 318.5483

**PFS**

Augusto Carvalho-DF — 318.5216

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Presidente: FRANCISCO RODRIGUES (PTB)-RR — 318.5304

1º Vice-Presidente: (PTB) ODELMO LEÃO (PRN)-MG — 318.5545  
 2º Vice-Presidente: CARLOS VIRGÍLIO (PDS)-CE — 318.5537  
 3º Vice-Presidente: MURILO REZENDE (PMDB)-PI — 318.5587

**PMDB**

Armando Viola-ES — 318.5566  
 Carlos Benevides-CE — 318.5506  
 Edison Andrino-SC — 318.5639  
 Hagahus Araujo-TO — 318.5466  
 Hilário Braun-RS — 318.5518  
 Mario Martins-PA — 318.5740  
 Mauro Miranda-GO — 318.5335  
 Murilo Rezende-PI — 318.5587  
 Nicias Ribeiro-PA — 318.5278  
 Pedro Tassis-MG — 318.5235  
 Ronaldo Perim-MG — 318.5584  
 Sergio Ferrara-MG — 318.5286

**PFL**

Alacid Nunes-PA — 318.5519  
 Aracely de Paula-MG — 318.5201  
 Camilo Machado-MG — 318.5503  
 Ciro Nogueira-PI — 318.5619  
 Itsuo Takayama-MT — 318.5952  
 Jairo Carneiro-BA — 318.5284  
 José Reinaldo-MA — 318.5217  
 Lael Varella-MG — 318.5721  
 Simão Sessim-RJ — 318.5709

**PDS**

Carlos Virgílio-CE — 318.5537  
 Daniel Silva-MA — 318.5852  
 Fernando Carrion-RS — 318.5432  
 João Tota-AC — 318.5433  
 Maria Valadão-GO — 318.5520

**PDT**

Carlos Lupi-RJ — 318.5810  
 José Carlos Coutinho-RJ — 318.5843  
 Valdomiro Lima-RS — 318.5556

**PSDB**

Deni Schwartz-PR — 318.5821  
 Jayme Santana-MA — 318.5814  
 Lézio Sathler-ES — 318.5362  
 Munhoz da Rocha-PR — 318.5578

**PT**

Carlos Santana-RJ — 318.5382  
 Ricardo Moraes-AM — 318.5281  
 Francisco Evangelista (PDS)-PB — 318.5442

**PP**

João Maia-AC — 318.5244  
 José Felinto-PR — 318.5576  
 Sérgio Spada-PR — 318.5580

**PTB**

Francisco Rodrigues-RR — 318.5304  
 Antonio Morimoto-RO — 318.5577

**PRN**

Odelmo Leão-MG — 318.5545  
 Flávio Palmier da Veiga-RJ — 318.5246

**PDC**

Jairo Azi-BA — 318.5422

**PSB**

Luiz Piauhyllino-PE — 318.5224

**PSD**

Paulo de Almeida-RJ — 318.5420

**PC do B**

Sérgio Naya-MG — 318.5435

**PSC**

Antonio Holanda-AL — 318.5370

**PRS**

José Ulisses de Oliveira-MG — 318.5250